

CONGRESSO

PDT da Câmara deixa a base

Bancada de 17 deputados atuará com independência em relação ao governo. Já os três senadores mantêm-se alinhados ao Planalto

» DANANDRA ROCHA
» WAL LIMA
» VICTOR CORREIA

A bancada do PDT na Câmara decidiu, ontem, deixar a base de apoio do Palácio do Planalto. O anúncio foi feito pelo líder do partido, deputado Mario Heringer (MG), mas isso não quer dizer que os 17 parlamentares passarão para o lado da oposição — atuarão de forma independente. A decisão concretiza a ameaça, feita dias atrás, de que a legenda deixaria de se alinhar ao governo, caso Carlos Lupi fosse removido do Ministério da Previdência por causa do escândalo dos descontos ilegais nos benefícios pegos a aposentados e pensionistas do INSS.

“Essa é uma decisão da bancada do PDT na Câmara, não é do Congresso, que fique bem claro isso. E que foi tomada na presença do presidente [em exercício] do partido [deputado André Figueiredo-CE]. Ela não passou, ainda, pela Executiva Nacional, mas o presidente do partido estava junto. E todos nós fazemos parte da Executiva Nacional”, explicou.

A proposta de levar o tema à discussão também partiu de Heringer. “A iniciativa foi minha. Mas não sou o dono da bancada. Ajo conforme as diretrizes que recebo da bancada, não dou ordens”, frisou o líder.

Apesar do rompimento, o deputado fez questão de enfatizar que o PDT não fará oposição sistemática ao governo. “Fiquem calmos: não entramos no caminho da vingança. Não há

Marina Ramos/Câmara dos Deputados



A iniciativa foi minha. Mas não sou o dono da bancada. Ajo conforme as diretrizes que recebo da bancada, não dou ordens. Fiquem calmos: não entramos no caminho da vingança. Não há qualquer posição de vingança. Nossa posição é de independência”

Deputado Mario Heringer (MG), líder do PDT na Câmara

qualquer posição de vingança. Nossa posição é de independência”, salientou Heringer.

Sobre a saída de Lupi, o líder afirmou que o ex-ministro e presidente licenciado do PDT é “a pessoa mais atingida por esse problema”. “Ele cansou dessa batalha e pediu para sair. É difícil você ter mulher, filho, amigos e, de uma hora para outra, virar ‘ladrão de R\$6 bilhões’”, desabafou Heringer.

O deputado ainda elogiou a postura do ex-ministro ante às críticas. “Ele se comportou maravilhosamente bem, na minha opinião. Escutou os ataques, os comentários mais histriônicos

possíveis”, observou.

O vice-presidente do PDT, Ciro Gomes, também saiu em defesa de Lupi e criticou a escolha de Wolney Queiroz, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), para assumir o ministério. Ele enfatizou que a maior parte dos desvios do dinheiro dos aposentados e pensionistas ocorreu no atual governo.

“Isso aqui é o foco da minha indignação. Infelizmente, olha o que eles falam: ‘Começou com o Bolsonaro’. Verdade. Começou com o Temer, passou para o Bolsonaro, na faixa de R\$ 200 milhões, R\$ 300 milhões por ano. No governo Lula,

passou para R\$ 3 bilhões por ano”, explicou Ciro, ex-ministro da Integração Nacional de Lula entre 2003 e 2006. Apesar da crítica, ele também responsabilizou os ex-presidentes Temer e Bolsonaro pelo escândalo.

A decisão anunciada por Heringer se resume à Câmara, pois o PDT no Senado — que conta com três parlamentares: Leila Barros (DF), Weverton Rocha (MA) e Ana Paula Lobato (MA) — se apressou em divulgar nota deixando claro que continuava alinhado com o Planalto por afinidades políticas. “Em comum acordo e por unanimidade, os senadores do PDT decidiram

pela permanência do partido na base do governo do presidente Lula no Senado. A decisão foi tomada tendo por base a afinidade da bancada com o governo tanto no projeto de desenvolvimento para o Brasil, como na maioria das pautas no Senado”, afirma a nota.

Incômodo

A decisão do PDT da Câmara causou desconforto no governo. Ao **Correio**, a ministra da Secretaria de Relações Institucionais (SRI), Gleisi Hoffmann, afirmou que o Planalto continua

dialogando com o PDT e contando com seu apoio no Congresso. “Respeitamos o posicionamento da bancada e seguimos dialogando, contando com o apoio do partido nas matérias de interesse do país”, assegurou.

Já a deputada Maria do Rosário (PT-RS) não escondeu a preocupação. “O PDT, desde o [fundador Leonel] Brizola, é um partido com uma opinião política sobre o Brasil que tem coerência com o programa desenvolvido pelo presidente Lula. Temos uma responsabilidade muito grande de manter alinhada essa nossa aliança”, afirmou ao **Correio**.

SKECHERS
HANDS FREE
Slip-ins
GLIDE-STEP

É SÓ CALÇAR E SAIR

MÃOS LIVRES

Apresentamos o novo Skechers Hands Free Slip-Ins®. Calçar os seus sapatos nunca foi tão fácil. Sem abaixar. Sem puxar. Sem dificuldades.

O design único Heel Pillow™ mantém seus pés seguramente no lugar!

NUNCA MAIS TOQUE NOS SEUS CALÇADOS

LAVÁVEL NA MÁQUINA

Disponível para homens, mulheres e crianças

COMFORT TECHNOLOGY COMPANY™

Pedido de CPMI é adiado

Apesar de contar com o apoio de 29 senadores e 182 deputados, a apresentação da proposta de Comissão Parlamentar de Inquérito Mista (CPMI) para investigar a fraude do INSS foi suspensa por tempo indeterminado. O cancelamento ocorreu pouco antes de ocorrer a coletiva na qual seria divulgado o requerimento, de autoria da deputada Coronel Fernanda (PL-MT) e da senadora Damare Alves (Republicanos-DF).

Nos bastidores, as informações davam conta de que o cancelamento na apresentação do Congresso, senador Davi Alcolumbre (União-AP). Segundo seus interlocutores, ele quer “abrir o tema para diálogo” com representantes da oposição. Além disso, há a avaliação

de que não há ambiente político no Congresso para a instalação de uma comissão de inquérito neste momento.

A avaliação entre aliados do governo é de que a criação de uma CPI ou de uma CPMI para apurar os descontos ilegais de benefícios de aposentados e pensionistas aumentaria a tensão institucional. Isso poderia comprometer o andamento da agenda legislativa do Senado deste ano.

Essa cautela também vem sendo adotada pelo presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB). Ele tem evitado avançar com a proposta de CPI sob o argumento de que há uma fila de 11 requerimentos de CPIs pendentes de análise — o que impede decisões imediatas sobre novas comissões. Ele deve seguir conversando

com a oposição, mas, como no Senado, o ambiente não favorece a abertura de investigações, pois poderia paralisar votações importantes.

Porém, para o líder do PL na Câmara, deputado Sóstenes Cavalcante (RJ), o cancelamento da apresentação da CPMI foi de forma estratégica e regimental. “O regimento do Congresso autoriza os deputados e senadores a retirarem assinaturas até a sessão do Congresso. Ficaria um lapso muito longo com a possibilidade de retirada de assinaturas”, explicou.

E em mais uma manobra para emparedar o governo, o deputado Evair de Melo (PP-ES) apresentou num pedido de impeachment do presidente Luiz Inácio Lula da Silva por conta do escândalo do INSS. (WL)

Deputado tem mandato suspenso por ofensa

Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados



O Conselho de Ética e Decoro da Câmara suspendeu, ontem, por três meses, o mandato do deputado federal Gilvan da Federal (PL-ES). Nesse período, ele não receberá salários nem a casa convocará seu suplente — pois o prazo é inferior a 120 dias. O colegiado acompanhou o entendimento do relator Ricardo Maia (MDB-BA) e aprovou o afastamento por 15 x 4. Em uma sessão da Câmara, Gilvan ofendeu a deputada

licenciada Gleisi Hoffmann (PT-PR), atualmente ministra da Secretaria de Relações Institucionais do governo. Na mesma ocasião, ele envolveu-se em uma discussão com o deputado Lindbergh Farias (PT-RJ), que é marido da ministra. Gilvan fez referência a apelidos, que constavam em uma lista de supostos repasses de dinheiro da antiga construtora Odebrecht, apreendida na Operação Lava-Jato, e chamou Gleisi de “prostituta”.